

No. 48896*

**Argentina
and
Brazil**

Agreement between the Argentine Republic and the Federative Republic of Brazil on cooperation between the anti-dumping authorities in the application of anti-dumping laws. Buenos Aires, 16 October 2003

Entry into force: *2 December 2010 by notification, in accordance with article XIII*

Authentic texts: *Portuguese and Spanish*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Argentina, 16 August 2011*

**No UNTS volume number has yet been determined for this record. The Text(s) reproduced below, if attached, are the authentic texts of the agreement /action attachment as submitted for registration and publication to the Secretariat. For ease of reference they were sequentially paginated. Translations, if attached, are not final and are provided for information only.*

**Argentine
et
Brésil**

Accord entre la République argentine et la République fédérative du Brésil sur la coopération entre les autorités antidumpings dans l'application des lois d'antidumpings. Buenos Aires, 16 octobre 2003

Entrée en vigueur : *2 décembre 2010 par notification, conformément à l'article XIII*

Textes authentiques : *portugais et espagnol*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Argentine, 16 août 2011*

** Numéro de volume RTNU n'a pas encore été établie pour ce dossier. Les textes reproduits ci-dessous, s'ils sont disponibles, sont les textes authentiques de l'accord/pièce jointe d'action tel que soumises pour l'enregistrement et publication au Secrétariat. Pour référence, ils ont été présentés sous forme de la pagination consécutive. Les traductions, s'ils sont inclus, ne sont pas en form finale et sont fournies uniquement à titre d'information.*

[PORTUGUESE TEXT – TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
E A REPÚBLICA ARGENTINA RELATIVO À COOPERAÇÃO ENTRE SUAS
AUTORIDADES DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA NA APLICAÇÃO
DE SUAS LEIS DE CONCORRÊNCIA

A República Federativa do Brasil

e

A República Argentina
(doravante denominadas “as Partes”),

Desejando promover a efetiva aplicação de suas leis de concorrência, por meio da cooperação entre suas autoridades de defesa da concorrência;

Levando em consideração suas estreitas relações econômicas no âmbito do Mercosul e observando ser a firme e efetiva aplicação de suas leis de concorrência matéria de importância crucial para o funcionamento eficiente dos mercados e para o bem-estar econômico dos cidadãos dos seus respectivos países;

Reconhecendo que a cooperação e a coordenação nas atividades de aplicação das leis de concorrência podem resultar em um atendimento mais efetivo das respectivas preocupações das Partes, do que o que poderia ser alcançado por meio de ações independentes;

Reconhecendo ainda que a cooperação técnica entre as autoridades de defesa da concorrência das Partes irá contribuir para melhorar e fortalecer seu relacionamento; e

Tomando nota do compromisso das Partes de assegurar consideração cuidadosa aos importantes interesses recíprocos na aplicação de suas leis de concorrência,

Acordam o seguinte:

ARTIGO I
Objetivo e Definições

1. O objetivo deste Acordo é promover a cooperação entre as autoridades das Partes na área de defesa da concorrência, incluindo tanto a cooperação na aplicação das leis de defesa da concorrência, quanto a cooperação técnica, bem como garantir que as Partes assegurem consideração cuidadosa a seus importantes interesses recíprocos na aplicação de suas leis de concorrência.

2. Para os fins deste Acordo, os termos abaixo relacionados deverão ter as seguintes definições:

- a) “Prática(s) Anticompetitiva(s)” significa qualquer conduta ou operação que possa estar sujeita a penalidades ou outras sanções ao amparo das leis de concorrência de uma Parte;
- b) “Autoridade(s) de Defesa da Concorrência” são:
 - i) para a Argentina, a Secretaría de Coordinación Técnica do Ministério da Economia e o Tribunal de Defesa da Concorrência, sendo que, até a efetiva criação e funcionamento deste Tribunal, considerar-se-á também como Autoridade a Comissão Nacional de Defesa da Concorrência (CNDC);
 - ii) para o Brasil, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE); a Secretaria de Direito Econômico (SDE) do Ministério da Justiça; e a Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE) do Ministério da Fazenda;
- c) “Lei(s) de Concorrência” são:

i) para a Argentina, a Lei 22.262 y 25.156 e os Decretos 89/2000 e 396/2001, bem como os regulamentos decorrentes de tais normas e quaisquer diplomas legais que venham a modificar ou substituir a legislação acima mencionada, integral ou parcialmente;

ii) para o Brasil, as Leis 8.884/94, 9.021/95 e 10.149/00, bem como os regulamentos decorrentes de tais normas e quaisquer diplomas legais que venham a modificar ou substituir a legislação acima mencionada, integral ou parcialmente;

d) “Atividade(s) de Aplicação” (das Leis de Concorrência) significa qualquer investigação, incluído o exame de atos de concentração, bem como qualquer outro procedimento conduzido por uma Parte, nos termos de suas leis de concorrência;

3. Cada Parte deverá notificar prontamente à outra sobre quaisquer alterações ou revogações de suas Leis de Concorrência, bem como sobre a promulgação de novas leis ou regulamentos que venham a fazer parte de sua legislação sobre concorrência.

ARTIGO II Notificações

1. Cada Parte deverá, com as ressalvas do Artigo X, notificar a outra Parte no tocante às Atividades de Aplicação especificadas neste Artigo e no Artigo XII. As notificações deverão identificar a natureza das práticas sob investigação e os dispositivos legais pertinentes e deverão ser efetuadas após as respectivas Autoridades tomarem ciência da existência de circunstâncias que requeiram a notificação nos prazos estipulados abaixo.

2. As Atividades de Aplicação a serem notificadas em conformidade com este artigo são aquelas que:

a) sejam relevantes para as atividades da outra Parte na aplicação de suas leis;

- b) envolvam práticas anticompetitivas, que não fusões ou aquisições, realizadas no todo ou em parte substancial no território da outra Parte;
- c) envolvam atos de concentração, nos quais uma ou mais das Partes envolvidas, ou uma empresa que contro^le um ou mais dos partícipes da operação, seja uma empresa constituída ou organizada sob as leis da outra Parte, ou de uma de suas unidades subnacionais;
- d) envolvam condutas supostamente requeridas, encorajadas ou aprovadas pela outra Parte; e
- e) envolvam a busca de informações localizadas no território da outra Parte.

3. As Partes autorizam que funcionários de uma Parte visitem o território da outra Parte no curso de investigações ao amparo de suas respectivas leis de concorrência. Essas visitas deverão estar condicionadas à notificação, em conformidade com este Artigo, e ao consentimento da Parte notificada.

4. Uma Parte se compromete a notificar a outra, observados os critérios de confidencialidade previstos no Artigo X, as atividades de aplicação definidas no item 2 deste Artigo, dentro dos seguintes prazos:

- a) no caso da Argentina, em até 15 (quinze) dias a contar da data da “abertura de sumário” relativo à investigação de Condutas Anticompetitivas ou, no caso de Atos de Concentração, em até 15 (quinze) dias a contar da data em que a operação tiver sido notificada às Autoridades, e
- b) no caso do Brasil, em até 15 (quinze) dias a contar da data de publicação do gabinete do Secretário de Direito Econômico que instaurar o Processo Administrativo ou a Averiguação Preliminar, para o caso de condutas ou, para Atos de Concentração, em até 15 (quinze) dias a contar da publicação que informa a notificação de um Ato de Concentração ao Sistema Brasileiro de Defesa das Concorrência;

ARTIGO III
Troca de Informação

1. As Partes acordam ser de interesse comum o compartilhamento das informações que:
 - a) possam facilitar a aplicação efetiva das respectivas leis de concorrência; ou,
 - b) promovam uma compreensão mais acurada das condições econômicas e mercadológicas de importância para as atividades das autoridades concorrenciais.

2. Em conformidade com o interesse mútuo das Partes, as Autoridades de Defesa da Concorrência se encontrarão ao menos duas vezes por ano, salvo decisão em contrário, para:
 - a) promover troca de informações a respeito das atividades desenvolvidas nas respectivas jurisdições;
 - b) promover a troca de informações em setores econômicos de interesse comum;
 - c) discutir eventuais mudanças de políticas públicas que tenham implicações sobre a concorrência e possam ser de interesse da outra Parte; e
 - d) discutir outras matérias de interesse recíproco referentes à aplicação das respectivas legislações concorrenciais.

3. Cada Parte providenciará à outra todas as informações que julgar pertinentes para a aplicação das respectivas leis.

ARTIGO IV

Cooperação na Aplicação das Leis

1. As Partes concordam que é de interesse comum cooperar para a identificação de Práticas Anticompetitivas e para a aplicação de suas Leis de Concorrência, além de compartilhar informações que irão facilitar a efetiva aplicação dessas leis e promover o melhor entendimento das políticas e atividades de cada uma delas na aplicação das Leis de Concorrência, na medida em que sejam compatíveis com suas leis e importantes interesses, e dentro de seus recursos razoavelmente disponíveis.
2. Nada neste Acordo impedirá as Partes de requerer ou prover assistência recíproca ao amparo de outros acordos, tratados, arranjos ou práticas entre elas.

ARTIGO V

Cooperação Relativa a Práticas Anticompetitivas no Território de uma Parte, que Possam Afetar Adversamente os Interesses da outra Parte

1. As Partes concordam que é de interesse recíproco assegurar o funcionamento eficiente de seus mercados pela aplicação de suas respectivas Leis de Concorrência com o intuito de protegê-los de práticas anticompetitivas. As Partes concordam ainda ser de seu interesse recíproco resguardar-se contra práticas anticompetitivas que possam ocorrer no território de uma Parte e que, além de violar as Leis de Concorrência daquela Parte, afetem adversamente o interesse da outra Parte em assegurar o funcionamento eficiente dos mercados daquela outra Parte.
2. Se uma Parte acreditar que práticas anticompetitivas realizadas no território da outra Parte afetam adversamente seus importantes interesses, a primeira Parte poderá, após consulta prévia à outra Parte, solicitar às Autoridades de Defesa da Concorrência daquela outra Parte que iniciem as Atividades de Aplicação apropriadas. O pedido deverá ser o mais específico possível acerca da natureza das práticas anticompetitivas e de seu efeito nos importantes interesses da Parte solicitante, e deverá

incluir oferta de informação e cooperação adicionais que as Autoridades de Defesa da Concorrência da Parte solicitante forem capazes de fornecer.

3. As Autoridades de Defesa da Concorrência da Parte solicitada considerarão cuidadosamente se iniciam Atividades de Aplicação no tocante às Práticas Anticompetitivas identificadas no pedido da outra Parte ou, ainda, se ampliam as Atividades de Aplicação que já vinham desenvolvendo. As Autoridades de Defesa da Concorrência da Parte solicitada deverão prontamente informar à Parte solicitante de sua decisão. Se Atividades de Aplicação forem iniciadas ou ampliadas, as Autoridades de Defesa da Concorrência da Parte solicitada deverão comunicar à Parte solicitante os seus resultados e, na medida do possível, seus progressos parciais, quando significativos.

4. Nada neste Artigo limitará a discricionariedade das Autoridades de Defesa da Concorrência da parte solicitada, ao amparo de suas Leis de Concorrência e respectivas políticas de aplicação, no sentido de determinar a condução de suas Atividades de Aplicação, no tocante às Práticas Anticompetitivas identificadas no pedido, nem impedirá as autoridades da Parte solicitante de conduzir Atividades de Aplicação referentes a tais práticas anticompetitivas.

ARTIGO VI

Coordenação Acerca de Matérias Interrelacionadas

1. Quando as Autoridades de Defesa da Concorrência das duas Partes estiverem implementando Atividades de Aplicação no tocante às matérias interrelacionadas, elas considerarão a conveniência de coordenação dessas Atividades de Aplicação.

2. Em qualquer entendimento de coordenação acerca de matérias interrelacionadas, as autoridades competentes de cada Parte procurarão conduzir suas Atividades de Aplicação levando em consideração os objetivos das Autoridades de Defesa da Concorrência da outra Parte.

ARTIGO VII

Prevenção de Conflitos; Consultas

1. Cada Parte deverá, ao amparo de suas leis e na medida em que for compatível com seus próprios importantes interesses, assegurar cuidadosa consideração aos importantes interesses da outra Parte.
2. Qualquer Parte poderá solicitar à outra consultas a respeito de qualquer assunto relacionado a este Acordo. A solicitação de consultas deverá indicar as razões para o requerimento e se qualquer limite de tempo processual ou outras considerações requerem que as consultas tenham procedimento acelerado. Cada Parte oferecerá consultas prontamente quando solicitada, com vistas a alcançar conclusão consistente com o objetivo deste Acordo.

ARTIGO VIII

Atividades de Cooperação Técnica

As Partes concordam que é do interesse recíproco de suas Autoridades de Defesa da Concorrência trabalhar conjuntamente em atividades de cooperação técnica relacionadas à aplicação de suas leis e políticas de concorrência. Essas atividades incluirão, dentro de um quadro razoável de recursos disponíveis dos órgãos de defesa da concorrência: o intercâmbio de informações; o intercâmbio de funcionários dos órgãos de defesa da concorrência da outra Parte; a participação do pessoal dos órgãos de defesa da concorrência como conferencistas e consultores em cursos de treinamento sobre leis e políticas de concorrência, organizados ou patrocinados por suas Autoridades de Defesa da Concorrência; e quaisquer outras formas de cooperação técnica que as Autoridades de Defesa da Concorrência das Partes acordarem serem apropriadas para os fins deste Acordo.

ARTIGO IX

Encontros de Autoridades de Defesa da Concorrência

Funcionários das Autoridades de Defesa da Concorrência das Partes deverão reunir-se periodicamente para trocar informações acerca de seus esforços e prioridades na aplicação de suas leis de concorrência.

ARTIGO X

Confidencialidade

1. Nenhuma Parte estará obrigada a fornecer informações à outra Parte, em qualquer hipótese, se o fornecimento de tal informação for proibido, segundo as leis da Parte detentora da informação, ou se for incompatível com os importantes interesses daquela Parte.

2. O grau de confidencialidade das informações será decidido pela Parte que as detiver, cabendo exclusivamente a esta verificar a possibilidade e o interesse em fornecê-las.

3. As informações confidenciais fornecidas por uma Parte à outra, no contexto da cooperação e coordenação de atividades previstas neste Acordo, não serão usados sem o consentimento da Parte provedora das informações, com qualquer outro propósito que não a aplicação da Lei de Defesa da Concorrência.

ARTIGO XI

Leis Existentes

Nada neste Acordo exigirá que uma Parte tome qualquer medida, ou abstenha-se de agir de uma maneira que não esteja em conformidade com suas leis existentes, ou que exija qualquer mudança nas leis das Partes ou de suas respectivas unidades subnacionais.

ARTIGO XII

Comunicações Decorrentes deste Acordo

1. As notificações previstas no Artigo II deste Acordo, bem como quaisquer outras comunicações dele decorrentes, poderão ser efetuadas por comunicação direta entre as Autoridades de Defesa da Concorrência das Partes. Os pedidos de consultas previstos nos artigos V.2 e VII.2 deverão, entretanto, ser confirmados prontamente, por escrito, por meio dos canais diplomáticos costumeiros e deverão fazer referência às comunicações iniciais entre as Autoridades de Defesa da Concorrência, repetindo a informação já fornecida na primeira comunicação.

2. A Parte que investigar uma Prática Anticompetitiva com base neste Acordo poderá notificar a República Oriental do Uruguai e a República do Paraguai sobre o resultado das investigações e, na medida do possível, sobre seus progressos parciais, quando significativos.

ARTIGO XIII

Entrada em Vigor e Denúncia


1. Este Acordo entrará em vigor na data da última notificação pela qual uma das Partes informe a outra, por via diplomática, sobre o cumprimento das respectivas formalidades legais necessárias a sua entrada em vigor.

2. Este Acordo poderá ser modificado por consentimento mútuo das Partes. As modificações entrarão em vigor nos termos do item 1 deste Artigo.

3. Este Acordo permanecerá em vigor por período de tempo indeterminado, sendo reservado a qualquer das Partes o direito de denunciá-lo, a qualquer tempo, mediante notificação, por escrito, à outra parte. Em caso de denúncia, o Acordo permanecerá em vigor durante 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação pela Parte notificada.

Feito em Buenos Aires, em 16 de outubro de 2003, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ANTONIO PALOCCI FILHO
Ministro da Fazenda

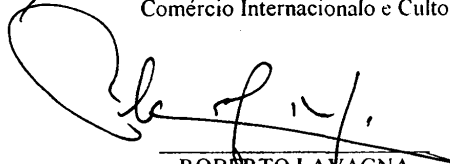


MÁRCIO THOMAZ BASTOS
Ministro da Justiça

PELA REPÚBLICA ARGENTINA



RAFAEL BIELSA
Ministro das Relações Exteriores.
Comércio Internacional e Culto



ROBERTO LAVAGNA
Ministro da Economia
e Produção

[SPANISH TEXT – TEXTE ESPAGNOL]

**ACUERDO DE COOPERACION
ENTRE
LA REPUBLICA ARGENTINA
Y
LA REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL
RELATIVO A COOPERACION
ENTRE
SUS AUTORIDADES DE DEFENSA DE LA COMPETENCIA
EN LA APLICACION DE SUS LEYES DE COMPETENCIA**

La República Argentina y la República Federativa del Brasil, en adelante denominadas "las Partes", deseando promover la efectiva aplicación de sus leyes de competencia por medio de la cooperación entre sus autoridades de Defensa de la Competencia;

Teniendo en consideración sus estrechas relaciones económicas en el ámbito del Mercosur y observando que la firme y efectiva aplicación de sus leyes de competencia en la materia es de importancia crucial para el funcionamiento eficiente de los mercados y para el bienestar económico de los ciudadanos de sus respectivos países;

Reconociendo que la cooperación y la coordinación en las actividades de aplicación de las leyes de competencia pueden resultar en una atención más efectiva a las respectivas preocupaciones de las Partes de lo que podría ser alcanzado por medio de acciones independientes;

Reconociendo así que la cooperación técnica entre las autoridades de Defensa de la Competencia de las Partes contribuirá a mejorar y fortalecer sus relaciones; y

Considerando el compromiso de las Partes de asegurar cuidadosa consideración a los intereses recíprocos importantes en la aplicación de sus leyes de competencia,

Acuerdan lo siguiente:

Artículo I
Objetivo y Definiciones

1. El objetivo de este Acuerdo es promover la cooperación entre las autoridades de las Partes en el área de defensa de la competencia, incluyendo tanto la cooperación en la aplicación de las leyes de defensa de la competencia, como la cooperación técnica, como también garantizar que las partes aseguren cuidadosa consideración a sus intereses importantes recíprocos en la aplicación de sus leyes de competencia.

2. Para los fines de este Acuerdo, los siguientes términos deberán tener las siguientes definiciones:
 - a) "Práctica(s) Anticompetitiva(s)" significa cualquier conducta u operación que pueda estar sujeta a penalidades u otras sanciones al amparo de las leyes de competencia de una Parte;

 - b) "Autoridad(es) de Defensa de la Competencia" son:
 - i) Para Argentina, la Secretaría de Coordinación Técnica del Ministerio de Economía y Producción y el Tribunal de Defensa de la Competencia, siendo que, hasta la efectiva creación y funcionamiento de este Tribunal, se considerará también como Autoridad la Comisión Nacional de Defensa de la Competencia (CNDC);

 - ii) Para Brasil, el Consejo Administrativo de Defensa Económica (CADE); la Secretaría de Derecho Económico (SDE) del Ministerio de Justicia; y la Secretaría de Acompañamiento Económico (SEAE) del Ministerio de Hacienda;

 - c) "Ley(es) de Competencia" son:
 - i) Para Argentina, las Leyes 22.262 y 25.156 y los Decretos 89/2000 y 396/2001, tanto como los reglamentos de tales normas y cualquier cuerpo legal que venga a modificar o sustituir la legislación arriba mencionada, total o parcialmente;

 - ii) Para Brasil, las Leyes 8884/94, 9021/95 y 10149/00, tanto como los reglamentos consecuentes de tales normas y cualquier cuerpo legal que venga a modificar o sustituir la legislación arriba mencionada, total o parcialmente;

- d) "Actividad(es) de Aplicación" (de las leyes de Competencia) significa cualquier investigación, incluyendo el examen de actos de concentración, como también cualquier otro procedimiento conducido por una Parte en los términos de sus leyes de competencia;
3. Cada Parte deberá notificar inmediatamente a la otra sobre cualquier alteración/modificación o revocación de sus Leyes de Competencia, como también la promulgación de nuevas leyes o reglamentos que vengan a formar parte de su legislación sobre competencia.

Artículo II **Notificaciones**

- 1) Cada Parte deberá, con las reservas del Artículo X, notificar a la otra Parte lo atinente a las Actividades de Aplicación especificadas en este Artículo y en el Artículo XII. Las notificaciones deberán identificar la naturaleza de las prácticas bajo investigación y los dispositivos legales pertinentes y deberán ser efectuadas después de que las respectivas Autoridades tomen conocimiento de la existencia de circunstancias que requieran la notificación en los plazos estipulados abajo.
- 2) Las Actividades de Aplicación a ser notificadas de conformidad con este artículo son aquellas que:
- a) sean relevantes para las actividades de la otra Parte en la aplicación de sus leyes;
 - b) involucren prácticas anticompetitivas, que no sean fusiones o adquisiciones, realizadas en todo o en parte sustancial del territorio de la otra Parte;
 - c) involucren actos de concentración, en los cuales una o más de las partes involucradas o una empresa que controle una o más partes de una operación, sea una empresa constituida u organizada bajo las leyes de la otra Parte, o de una de sus unidades constitutivas del Estado federal;
 - d) involucren conductas supuestamente investigadas, impulsadas o aprobadas por la otra Parte; y,
 - e) involucren la búsqueda de informaciones localizadas en el territorio de la otra Parte;

- 3) Las Partes autorizan que funcionarios de una Parte visiten el territorio de la otra Parte en el curso de las investigaciones al amparo de sus respectivas leyes de competencia. Esas visitas deberán estar sujetas a notificación, en conformidad con este artículo, y al consentimiento de la Parte notificada.
- 4) Una Parte se compromete a notificar a la otra, observando los criterios de confidencialidad previstos en el Artículo X, las Actividades de Aplicación definidas en el ítem 2 de este Artículo, dentro de los siguientes plazos:
 - a) En el caso de Argentina, dentro de los 15 (quince) días a contar de la fecha de la "apertura de sumario" relativo a la investigación de Conductas Anticompetitivas o, en el caso de Actos de Concentración, dentro de los 15 (quince) días a partir de la fecha en que la operación haya sido notificada a las Autoridades.
 - b) En el caso de Brasil, dentro de los 15 (quince) días a contar desde la fecha de publicación del despacho del Secretario de Derecho Económico que establezca el Proceso Administrativo o la Investigación Preliminar, para el caso de conductas o, para Actos de Concentración, dentro de los 15 (quince) días a contar de la publicación que informa la notificación de un Acto de Concentración al Sistema Brasileño de Defensa de la Competencia.

Artículo III

Intercambio de Información

- 1) Las Partes acuerdan que es de interés común el compartir informaciones que:
 - a) Puedan facilitar la aplicación efectiva de las respectivas leyes de competencia, o,
 - b) Promuevan una comprensión más adecuada de las condiciones económicas y de mercado de importancia para las actividades de competencia.
- 2) En conformidad con el interés mutuo de las Partes, las Autoridades de Defensa de la Competencia se encontrarán al menos dos veces por año, salvo decisión en contrario, para:
 - a) Promover el intercambio de informaciones respecto de las actividades desarrolladas en las respectivas jurisdicciones;

- b) Promover el intercambio de informaciones en sectores económicos de interés común;
 - c) Discutir eventuales cambios de políticas públicas que tengan implicancias sobre la competencia y puedan ser de interés de la otra Parte; y
 - d) Discutir otras materias de interés recíproco referentes a la aplicación de las respectivas legislaciones de competencia.
- 3) Cada Parte proveerá a la otra todas las informaciones que juzgue pertinentes para la aplicación de las respectivas leyes.

Artículo IV

Cooperación en la Aplicación de las Leyes

- 1) Las Partes acuerdan que es de interés común cooperar para la identificación de Prácticas Anticompetitivas y para la aplicación de sus Leyes de Competencia, además de compartir informaciones que llevarán a facilitar la efectiva aplicación de sus leyes y promover el mejor entendimiento de las políticas y actividades de cada una de ellas en la aplicación de las Leyes de Competencia, en la medida en que sean compatibles con sus leyes e intereses importantes y dentro de sus recursos razonablemente disponibles.
- 2) Nada en este Acuerdo impedirá a las Partes requerir o promover asistencia recíproca al amparo de otros acuerdos, tratados, arreglos o prácticas entre ellas.

Artículo V

Cooperación Relativa a Prácticas Anticompetitivas en el Territorio de una Parte, que puedan afectar de manera adversa los intereses de la otra Parte

- 1) Las Partes acuerdan que es de interés recíproco asegurar el funcionamiento eficiente de sus mercados para la aplicación de sus respectivas Leyes de Competencia con la finalidad de protegerlos de prácticas anticompetitivas. Las Partes acuerdan incluso que es de interés recíproco resguardarse contra prácticas anticompetitivas que puedan ocurrir en el territorio de una Parte y que, además de violar las Leyes de Competencia de aquella Parte, afecten adversamente el

interés de la otra Parte en asegurar el funcionamiento eficiente de los mercados de aquella otra Parte.

- 2) Si una Parte entiende que prácticas anticompetitivas realizadas en el territorio de la otra Parte afectan de forma adversa sus intereses importantes, la primera Parte podrá, luego de una consulta previa a la otra Parte, solicitar que las Autoridades de Defensa de la Competencia de aquella otra Parte inicien las Actividades de Aplicación apropiadas. El pedido deberá ser lo más específico posible acerca de las prácticas anticompetitivas y de su efecto en los intereses fundamentales de la Parte solicitante y deberá incluir oferta de información y cooperación adicionales que las Autoridades de Defensa de la Competencia de la Parte solicitante fuesen capaces de proveer.
- 3) Las Autoridades de Defensa de la Competencia de la Parte solicitada considerarán cuidadosamente el inicio de actividades en lo concerniente a prácticas anticompetitivas identificadas en el pedido de la otra Parte o, incluso, ampliar las Actividades de Aplicación que ya venían desarrollando. Las Autoridades de Defensa de la Competencia de la Parte solicitada deberán informar inmediatamente a la Parte solicitante su decisión. Si las Actividades de Aplicación fuesen iniciadas o ampliadas, las Autoridades de Defensa de la Competencia de la Parte solicitada deberán comunicar a la Parte solicitante sus resultados y, en la medida de lo posible, sus progresos parciales, cuando fuesen significativos.
- 4) Nada en este artículo limitará la discrecionalidad de las Autoridades de Defensa de la Competencia de la Parte solicitada, al amparo de sus Leyes de Competencia y políticas de aplicación de las mismas, en el sentido de determinar la conducción de sus Actividades de Aplicación, en lo concerniente a prácticas anticompetitivas identificadas en el pedido, ni impedirá a las autoridades de la parte solicitante conducir Actividades de Aplicación referentes a tales prácticas anticompetitivas.

Artículo VI

Coordinación Acerca de Materias Interrelacionadas

- 1) Cuando las Autoridades de Defensa de la Competencia de las dos Partes estuvieran llevando a cabo Actividades de Aplicación en lo concerniente a materias interrelacionadas, ellas considerarán la conveniencia de coordinar esas Actividades de Aplicación.

- 2) En cualquier acuerdo de coordinación acerca de materias interrelacionadas, las autoridades competentes de cada Parte procurarán conducir sus Actividades de Aplicación tomando en consideración los objetivos de las Autoridades de Defensa de la Competencia de la otra Parte.

Artículo VII

Prevención de Conflictos; Consultas

- 1) Cada Parte deberá, al amparo de sus leyes y en la medida en que fuese compatible con sus intereses importantes, asegurar una cuidadosa consideración de los intereses importantes de la otra Parte.
- 2) Cualquier Parte podrá solicitar a la otra consultas respecto de cualquier asunto relacionado con este Acuerdo. Las solicitudes de consultas deberán indicar las razones para el requerimiento y si existe algún plazo procesal u otro motivo que requiera que las consultas tengan procedimiento acelerado. Cada Parte deberá atender las consultas en forma inmediata a su solicitud, con vistas a alcanzar resultados acordes con el objetivo de este Acuerdo.

Artículo VIII

Actividades de Cooperación Técnica

Las Partes acuerdan que es de interés recíproco de sus Autoridades de Defensa de la Competencia trabajar conjuntamente en actividades de cooperación técnica relacionadas con la aplicación de sus leyes y políticas de competencia. Esas actividades incluirán, dentro de un cuadro razonable de recursos disponibles de los órganos de Defensa de la Competencia: el intercambio de informaciones, el intercambio de funcionarios de los órganos de Defensa de la Competencia de las Partes; la participación del personal de los órganos de Defensa de la Competencia como conferencistas y consultores en cursos de entrenamiento sobre leyes y políticas de competencia, organizados o patrocinados por sus Autoridades de Defensa de la Competencia y cualesquiera otras formas de cooperación técnica que las Autoridades de Defensa de la Competencia de las Partes acuerden que sean apropiadas para los fines de este Acuerdo.

Artículo IX

Encuentros de autoridades de Defensa de la Competencia

Los funcionarios de Defensa de la Competencia de las Partes deberán reunirse periódicamente para intercambiar informaciones acerca de sus esfuerzos y prioridades en la aplicación de sus leyes de competencia.

Artículo X

Confidencialidad

- 1) Ninguna Parte estará obligada a proporcionar informaciones a la otra Parte, en cualquier hipótesis, si la provisión de tal información fuese prohibida según las leyes de la Parte poseedora de la información o si fuese incompatible con los intereses importantes de aquella Parte.
- 2) El grado de confidencialidad de las informaciones será decidido por la Parte poseedora de la misma, correspondiendo exclusivamente a ésta verificar la factibilidad e interés de proporcionar la referida información.
- 3) La información confidencial provista por una Parte a la otra, en el contexto de la cooperación y coordinación de actividades previstas en el Acuerdo, no será usada, sin el consentimiento de la Parte proveedora de información, con cualquier otro propósito que no sea la aplicación de la Ley de Defensa de la Competencia.

Artículo XI

Leyes Existentes

Nada en este Acuerdo exigirá que una Parte tome cualquier medida, o se abstenga de actuar, de una manera que no sea de conformidad con su legislación vigente, o que exija cualquier cambio en las leyes de las Partes o de sus respectivas unidades constitutivas del Estado federal.

Artículo XII

Comunicaciones derivadas de este Acuerdo

- 1) Las notificaciones previstas en el Artículo II de este Acuerdo, como así también cualesquiera de las otras comunicaciones derivadas del mismo, podrán ser efectuadas por comunicación directa entre las Autoridades de Defensa de la Competencia de las Partes. Las solicitudes de consultas previstas en los artículos V.2 y VII.2 deberán, sin embargo, ser confirmadas inmediatamente, por escrito, por medio de los canales diplomáticos habituales y deberán hacer referencia a las comunicaciones iniciales entre las Autoridades de Defensa de la Competencia, repitiendo la información ya provista en la primera comunicación.
- 2) La Parte que investigue una práctica anticompetitiva con base en este Acuerdo podrá notificar a la República Oriental del Uruguay y a la República del Paraguay sobre el resultado de las investigaciones y, en la medida de lo posible, sobre sus progresos parciales, cuando sean significativos.

Artículo XIII

Entrada en Vigor y Denuncia

- 1) Este Acuerdo entrará en vigor en la fecha de la última notificación por la cual una de las Partes informa a la otra, por la vía diplomática, sobre el cumplimiento de las respectivas formalidades legales necesarias para su entrada en vigor.
- 2) Este Acuerdo podrá ser modificado por acuerdo mutuo de las Partes. Las modificaciones entrarán en vigor conforme lo establecido en el inciso 1 de este Artículo.
- 3) Este Acuerdo permanecerá en vigor por un período de tiempo indeterminado, pudiendo cualquiera de las Partes denunciarlo, en cualquier momento, mediante notificación escrita a la otra Parte. En caso de denuncia, el Acuerdo permanecerá en vigor durante sesenta (60) días después de la fecha de recepción de la notificación por la Parte notificada.

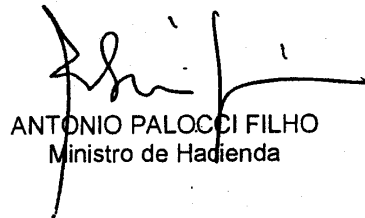
Hecho en Buenos Aires, el 16 de octubre de 2003, en dos ejemplares originales en los idiomas español y portugués, siendo ambos textos igualmente auténticos.

POR LA REPUBLICA ARGENTINA

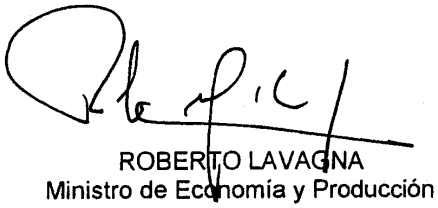
POR LA REPUBLICA FEDERATIVA
DEL BRASIL



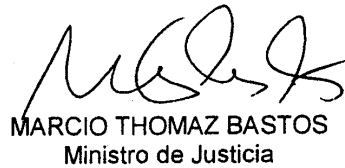
RAFAEL BIELSA
Ministro de Relaciones Exteriores,
Comercio Internacional y Culto



ANTONIO PALOCCI FILHO
Ministro de Hacienda



ROBERTO LAVAGNA
Ministro de Economía y Producción



MARCIO THOMAZ BASTOS
Ministro de Justicia

[TRANSLATION – TRADUCTION]

AGREEMENT BETWEEN THE ARGENTINE REPUBLIC AND THE
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL ON COOPERATION BETWEEN
COMPETITION AUTHORITIES IN ENFORCING COMPETITION LAWS

The Argentine Republic and the Federative Republic of Brazil, hereinafter referred to as “the Parties”, desiring to promote the effective enforcement of their competition laws through cooperation between their competition authorities;

Considering their close economic relations within Mercosur, and noting that the sound and effective enforcement of competition rules in this area is crucial to the efficient functioning of markets and the economic welfare of the citizens of their respective countries;

Recognizing that cooperation and coordination in competition enforcement activities can result in more effective attention to the Parties’ respective concerns for what may be achieved through independent action;

Recognizing that technical cooperation between the Parties’ competition authorities will help improve and strengthen their relationship; and

Mindful of the Parties’ commitment to ensuring careful consideration of important mutual interests in the application of their competition laws,

Have agreed as follows:

Article I. Objective and definitions

1. The objective of this Agreement is to promote cooperation between the Parties’ authorities in the antitrust area, including both cooperation in the enforcement of antitrust laws and technical cooperation, and to ensure that both Parties, in enforcing their competition laws, carefully consider their important mutual interests.

2. For the purposes of this Agreement, the following terms shall have the following definitions:

a) “Anticompetitive practice(s)” shall mean any conduct or transaction that may be subject to penalties or other sanctions under either Party’s competition legislation;

b) “Competition authority or authorities” shall mean:

i) For Argentina, the Technical Coordination Secretariat of the Ministry of Economic Affairs and Production and the Defence of Competition Tribunal, except that, pending the Tribunal’s effectual establishment and functioning, the Argentine Antitrust Authority (CNDC) shall also be considered such an authority;

ii) For Brazil, the Administrative Council for Economic Defence (CADE); the Economic Law Office (SDE) of the Ministry of Justice; the Secretariat for Economic Monitoring (SEAE) of the Ministry of Finance;

c) “Competition law(s)” shall mean:

- i) For Argentina, Laws 22,262 and 25,156 and Decrees 89/2000 and 396/2001, as well as the regulations under those enactments and any body of law that may modify or replace the above-mentioned legislation, in whole or in part;
- ii) For Brazil, Laws 8884/94, 9021/95 and 10149/00, as well as the regulations under those enactments and any body of law that may modify or replace the above-mentioned legislation, in whole or in part;

d) “Enforcement activity or activities” (as regards competition laws) shall mean any investigation, including the examination of monopolistic actions, as well as any other proceeding conducted by a Party under its competition laws;

3. Each Party shall promptly notify the other of any alteration, amendment or revocation of its competition laws, as well as the enactment of new laws or regulations that may become part of its competition laws.

Article II. Notifications

1) Each Party shall, subject to the reservations in article X, notify the other Party of any development relevant to the enforcement activities specified in this article and in article XII. Notifications shall state the nature of the practices under investigation and the relevant legal provisions, and shall be made after the respective authorities become aware of the existence of circumstances that require notification within the timeframes stipulated below.

2) Enforcement activities to be reported under this article are those which:

- a) are relevant to the other Party’s enforcement activities;
- b) involve anticompetitive practices, other than mergers or acquisitions, carried out throughout the other Party’s territory or in a substantial part thereof;
- c) involve monopolistic actions wherein one or more of the parties to the transaction, or a company holding a controlling interest in one or more of the parties, is a company incorporated or organized under the laws of the other Party or of one of the constituent units of its federal State;
- d) involve behaviours presumably investigated, fostered or approved by the other Party; and,

e) involve a search for information located in the territory of the other Party;

3) The Parties shall authorize officials of either Party to visit the territory of the other Party in the course of investigations under their respective competition laws. Such visits shall be subject to notification under this article and to the consent of the notified Party.

4) Each Party undertakes, subject to the confidentiality criteria in article X, to notify the other of all enforcement activities as defined in item 2 of this article within the following timeframes:

a) In the case of Argentina, within 15 (fifteen) days of the date of the filing of information for an investigation of anticompetitive behaviours or, in the case of monopolistic actions, within 15 (fifteen) days of the date on which the transaction was notified to the authorities.

b) In the case of Brazil, within 15 (fifteen) days of the date of issuance by the Economic Law Office of the writ establishing the administrative process or preliminary investigation of anticompetitive behaviours, or, for monopolistic actions, within 15 (fifteen) of the issuance of notice of a monopolistic action to the Brazilian Competition Policy System.

Article III. Exchange of information

- 1) The Parties agree that is in their common interest to share information which:
 - a) may facilitate effective enforcement of their respective competition laws or
 - b) may promote a better understanding of the economic and market conditions relevant to competition activities.
- 2) In their mutual interest, the competition authorities shall meet at least twice a year, unless otherwise agreed, to:
 - a) Promote the exchange of information regarding activities in their respective jurisdictions;
 - b) Promote the exchange of information on economic sectors of common interest;
 - c) Discuss any changes in public policy that may impinge on competition and may be of interest to the other party; and
 - d) Discuss other matters of mutual interest relating to the application of their respective competition laws.
- 3) Each Party shall provide the other with any information it deems relevant to the application of the respective laws.

Article IV. Law enforcement cooperation

- 1) The Parties agree that it is in their common interest to cooperate to identify anticompetitive practices and to enforce their competition laws, as well as to share information that will facilitate effective enforcement of their laws and promote better understanding of each Party's competition law enforcement policies and activities, to the extent consistent with their laws and important interests, and within the limit of the resources reasonably available to them.
- 2) Nothing in this Agreement shall prevent the Parties from asking for or promoting mutual assistance under any other of their agreements, treaties, arrangements or practices.

Article V. Cooperation regarding anticompetitive practices in the territory of a Party that may adversely affect the interests of the other Party

- 1) The Parties agree that is in their common interest to ensure the efficient functioning of their markets, to facilitate enforcement of their respective competition laws and to protect the markets from anticompetitive practices. The Parties also agree that is in their common interest to guard against anticompetitive practices that may occur in the territory of one Party and which, in addition to violating that Party's competition

laws, adversely affect the other Party's interest in ensuring the efficient functioning of that other Party's markets.

2) If one Party believes that anticompetitive practices in the territory of the other Party adversely affect its important interests, the first Party may, after prior consultation with the other Party, request the competition authorities of that other Party to initiate appropriate enforcement activities. Such a request shall as far as possible specify the anticompetitive practices and their effect on the fundamental interests of the requesting Party and shall include an offer of such further information and cooperation as the requesting Party's competition authorities are able to provide.

3) The competition authorities of the requested Party shall carefully consider taking action on the anticompetitive practices identified in the other Party's request or expanding enforcement activities already underway. The competition authorities of the requested Party shall promptly inform the requesting Party of their decision. Should enforcement activities be undertaken or expanded, the competition authorities of the requested Party shall inform the requesting Party of the results of such activities and, as far as possible, provide progress reports when significant results are achieved.

4) Nothing in this article shall limit the discretion of the competition authorities of the requested Party, under its competition laws and enforcement policies, to decide how its enforcement activities will be conducted as regards the anticompetitive practices identified in the request, nor prevent the authorities of the requesting party from themselves conducting enforcement activities relating to such anticompetitive practices.

Article VI. Coordination of interrelated cases

1) In the event that competition authorities of both Parties conduct enforcement activities on interrelated cases, they shall consider whether to coordinate such enforcement activities.

2) Where a coordination arrangement is arrived at for interrelated cases, each Party's competition authorities shall endeavour to conduct their enforcement activities with due regard to the objectives of the other Party's competition authorities.

Article VII. Conflict prevention Consultation

1) Each Party shall, pursuant to its laws and to the extent compatible with its important interests, ensure careful consideration of the other Party's important interests.

2) Either Party may consult the other on any matter relevant to this Agreement. Any such enquiry shall state the reasons for the request and note any procedural deadline or other factor that would require the consultations to be expedited. Each Party shall respond to enquiries immediately they are received in order to achieve results in line with the purpose of this Agreement.

Article VIII. Technical cooperation activities

The Parties agree that it is in their competition authorities' common interest to work together on technical cooperation activities related to enforcement of their competition

laws and policies. Such activities shall include, if the antitrust bodies' resources reasonably permit: information exchange, exchange of officials of the Parties' competition authorities; participation by personnel of antitrust bodies as lecturers or consultants in training courses on competition law and policy organized or sponsored by their own competition authorities, and any other forms of technical cooperation that the Parties' competition authorities agree are in keeping with the purposes of this Agreement.

Article IX. Meetings of competition authorities

The Parties' antitrust officials shall meet periodically to exchange information about their efforts and priorities in applying their competition laws.

Article X. Confidentiality

1) Neither Party shall be required, whatever the circumstances, to provide the other Party with information whose disclosure would be prohibited under the laws of the Party possessing the information or would be incompatible with important interests of that Party.

2) The degree of confidentiality of information will be decided by the Party possessing it, and the feasibility and usefulness of providing that information will be assessed by the same Party.

3) Confidential information provided by either Party to the other in the context of the cooperation and coordination of activities called for under the Agreement shall not be used without the first Party's consent for any other purpose other than the enforcement of competition law.

Article XI. Existing laws

Nothing in this Agreement shall require a Party to take any action, or to refrain from acting, in a manner that is not in accordance with its legislation or would require a change in the laws of the Parties or the constituent units of their respective federal States.

Article XII. Communications under this Agreement

1) The notifications provided for in article II of this Agreement, as well as any of the other communications arising therefrom, may be effected by direct communication between the Parties' competition authorities. Requests for consultations under Articles V(2) and VII(2) shall notwithstanding be promptly confirmed in writing through the customary diplomatic channel and shall refer to the initial communications between the competition authorities, repeating the information already provided in the first communication.

2) A Party investigating an anticompetitive practice under this Agreement may notify the Eastern Republic of Uruguay and the Republic of Paraguay of the outcome of such investigations and, when significant progress is achieved, report such progress.

Article XIII. Entry into force and termination

1) This Agreement shall enter into force on the date of the last notification whereby one Party informs the other, through the diplomatic channel, of the fulfilment of the relevant legal procedures necessary for its entry into force.

2) This Agreement may be amended by mutual agreement of the Parties. The amendments shall enter into force as provided in paragraph 1 of this article.

3) This Agreement shall remain in force for an indefinite period and may be terminated by either Party at any time by written notice to the other Party. In the event of its termination, the Agreement shall remain in effect for sixty (60) days after the date of receipt of the notification by the notified Party.

DONE at Buenos Aires on 16 October 2003, in two original copies in the Spanish and Portuguese languages, both texts being equally authentic.

For the Argentine Republic:

RAFAEL BIELSA

Minister of Foreign Affairs, International Trade and Worship

ROBERTO LAVAGNA

Minister of Economic Affairs and Production

For the Federative Republic of Brazil:

ANTONIO PALOCCI FILHO

Minister of Finance

MARCIO THOMAZ BASTOS

Minister of Justice

[TRANSLATION – TRADUCTION]

ACCORD DE COOPÉRATION ENTRE LA RÉPUBLIQUE ARGENTINE ET
LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL SUR LA
COLLABORATION ENTRE LES AUTORITÉS DE PROTECTION DE LA
CONCURRENCE DANS LE DOMAINE DE L'APPLICATION DES LOIS
RELATIVES À LA CONCURRENCE

La République argentine et la République fédérative du Brésil, ci-après dénommées « les Parties », désireuses de promouvoir la bonne application de leurs lois relatives à la concurrence grâce à la coopération entre leurs autorités de protection de la concurrence.

Prenant en considération leurs étroites relations économiques dans le cadre du MERCOSUR et conscientes que l'application ferme et effective de leurs lois relatives à la concurrence dans le domaine de l'économie est de la plus haute importance pour le bon fonctionnement des marchés et pour le bien-être économique des citoyens de leurs pays respectifs ;

Convaincus que la coopération et la coordination des activités de mise en œuvre des lois relatives à la concurrence peuvent se traduire par une plus grande attention portée à leurs préoccupations respectives que ce qui aurait été le cas dans le cadre d'actions indépendantes ;

Reconnaissant ainsi que la coopération technique entre les autorités de protection de la concurrence des Parties contribuerait à améliorer et à renforcer leurs relations ; et

Considérant l'engagement pris par les Parties de veiller attentivement aux intérêts communs importants en matière d'application des lois relatives à la concurrence,

Sont convenues de ce qui suit :

Article I. Objectif et définitions

1. L'objectif de cet accord est de promouvoir la coopération entre les autorités des Parties dans le domaine de la protection de la concurrence. Cela recouvre tant la coopération en matière d'application de la législation que la coopération technique et l'engagement des Parties de veiller attentivement aux intérêts communs importants lors de la mise en œuvre de cette législation.

2. Dans le cadre de l'application du présent Accord, les termes ci-dessous ont les définitions suivantes :

a) « Pratique(s) anticoncurrentielle(s) » désigne tout comportement ou opération qui peut faire l'objet de sanctions dans le cadre de la législation en matière de concurrence d'une des Parties ;

b) Les « Autorités de protection de la concurrence » sont :

i) Pour l'Argentine, le Secrétariat de coordination technique du ministère de l'Économie et de la Production et le Tribunal de la protection de la concurrence ; jusqu'à ce que ce tribunal soit créé et fonctionne de manière

effective, la Commission nationale de protection de la concurrence (CNDC) sera également considérée comme une des autorités ;

ii) Pour le Brésil, le Conseil administratif de défense économique (CADE) ; le Secrétariat de droit économique (SDE) du ministère de la Justice ; et le Secrétariat de la surveillance économique du ministère des Finances ;

c) Les « lois relatives à la concurrence » sont :

i) Pour l'Argentine, les lois 22.262 et 25.156 et les décrets 89/2000 et 396/2001, ainsi que les règlements y afférents et tout instrument juridique venant modifier la législation susmentionnée ou s'y substituer, totalement ou en partie ;

ii) Pour le Brésil, les lois 8884/94, 9021/95 et 10149/00, ainsi que les règlements y afférents et tout instrument juridique venant modifier la législation susmentionnée ou s'y substituer, totalement ou en partie ;

d) Le terme « activité(s) d'application » (des lois relatives à la concurrence) désigne toute enquête, y compris l'examen des opérations de concentration, ainsi que toute autre procédure menée par une Partie dans le cadre de ses lois relatives à la concurrence.

3. Chaque partie doit immédiatement notifier à l'autre toute modification ou révocation de sa législation relative à la concurrence, ainsi la promulgation de nouvelles lois ou règlements venant s'y ajouter.

Article II. Notifications

1) Conformément aux dispositions de l'article X, chaque partie doit notifier à l'autre toute information ayant trait aux activités d'application visées à cet article et à l'article XII. Les notifications doivent décrire la nature des pratiques faisant l'objet d'une enquête et les dispositions légales pertinentes. Ces notifications doivent être effectuées après que les autorités respectives ont pris connaissance de l'existence de circonstances exigeant une notification dans les délais énoncés ci-dessous.

2) Les activités d'application devant faire l'objet d'une notification en vertu de cet article sont celles :

a) Étant pertinentes pour l'autre Partie en matière de mise en œuvre des lois

b) Impliquant des pratiques anticoncurrentielles, autres que des fusions ou des acquisitions, réalisées – en totalité ou en grande partie– sur le territoire de l'autre Partie ;

c) Impliquant des opérations de concentration dans lesquelles une ou plusieurs des parties concernées sont des entreprises constituées en vertu des lois de l'autre Partie ou d'une des unités constitutives de son État fédéral ou impliquant une entreprise de ce type contrôlant une ou plusieurs parties d'une même opération ;

d) Concernant des comportements que l'autre Partie aurait encouragés ou approuvés ou serait en train d'examiner ; et

e) Impliquant la recherche d'informations localisées sur le territoire de l'autre Partie ;

3) Chaque Partie autorise les fonctionnaires de l'autre Partie à se rendre sur son territoire au cours des enquêtes menées dans le cadre des lois en matière de concurrence

de chaque pays. Conformément au présent article, ces visites font l'objet d'une notification et requièrent le consentement de la Partie notifiée.

4) Chaque Partie s'engage à notifier à l'autre les activités d'application définies dans le point 2 du présent article, en respectant les critères de confidentialité énoncés à l'article X et les délais suivants :

a) Pour l'Argentine, dans les 15 (quinze) jours suivant l'ouverture d'une instruction relative à une enquête sur des pratiques anticoncurrentielles ou, s'il s'agit d'opérations de concentration, dans les 15 (quinze) jours à compter de la date de notification de ladite opération aux autorités.

b) Pour le Brésil, et dans le cas de pratiques anticoncurrentielles, dans les 15 (quinze) jours suivant la publication du Bureau du secrétaire de droit économique établissant la procédure administrative ou l'enquête préliminaire, ou s'il s'agit d'opérations de concentration, dans les 15 (quinze) jours suivant la publication informant de la notification d'une opération de concentration au Système brésilien de protection de la concurrence.

Article III. Échange d'informations

1) Les Parties conviennent qu'il est dans l'intérêt commun d'échanger les informations qui :

a) Peuvent faciliter la bonne application des lois de chaque pays en matière de concurrence ou,

b) Encouragent une meilleure compréhension des conditions économiques et de marché importantes pour les activités relatives à la concurrence.

2) Dans l'intérêt mutuel des Parties, les autorités de protection de la concurrence se réunissent au moins deux fois par an, sauf décision contraire, pour :

a) Encourager l'échange d'informations relatives aux activités mises en œuvre dans les juridictions respectives ;

b) Promouvoir l'échange d'informations sur les secteurs économiques d'intérêt commun ;

c) Discuter des éventuels changements dans les politiques publiques pouvant avoir des répercussions sur la concurrence ou présenter un intérêt pour l'autre Partie ; et

d) Examiner d'autres domaines d'intérêt commun relatifs à l'application de la législation en matière de concurrence de chaque pays.

3) Chaque Partie fournit à l'autre toutes les informations qu'elle juge pertinentes pour l'application desdites lois.

Article IV. Coopération en matière d'application des lois

1) Les Parties conviennent qu'il est dans l'intérêt commun de coopérer afin d'identifier les pratiques anticoncurrentielles et d'appliquer les lois de chacun en matière de concurrence. Elles conviennent également qu'il relève de l'intérêt commun d'échanger des informations permettant de faciliter la bonne application de ces lois et de promouvoir une meilleure compréhension des politiques et activités de chaque Partie en la matière,

dans la mesure où celles-ci sont compatibles avec les lois et les intérêts de chaque pays et dans la limite des ressources raisonnablement disponibles de chacun.

2) Aucune disposition du présent Accord n'empêche les Parties de demander ou de promouvoir l'assistance mutuelle dans le cadre de leurs autres accords, traités, ententes ou pratiques.

Article V. Coopération relative à des pratiques anticoncurrentielles sur le territoire d'une des Parties pouvant porter préjudice aux intérêts de l'autre Partie

1) Les Parties conviennent qu'il est dans l'intérêt commun d'assurer le bon fonctionnement de leurs marchés afin de pouvoir appliquer leurs lois relatives à la concurrence et ainsi se protéger des pratiques anticoncurrentielles. Les Parties conviennent également qu'il relève de l'intérêt mutuel de se prémunir contre les pratiques anticoncurrentielles qui pourraient se produire sur le territoire de l'une des Parties et qui, en plus de constituer une violation de la législation sur la concurrence de cette Partie, porteraient atteinte aux intérêts et au bon fonctionnement des marchés de l'autre Partie.

2) Si une Partie estime que ses intérêts sont menacés par des pratiques anticoncurrentielles se produisant sur le territoire de l'autre Partie, elle peut, après consultation, demander à l'autre Partie que ses autorités de protection de la concurrence du pays concerné entreprennent les activités d'application appropriées. La demande doit décrire le plus précisément possible les pratiques anticoncurrentielles et leurs effets sur les intérêts fondamentaux de la Partie requérante et doit proposer une coopération et des échanges d'information plus poussés, dans la mesure des capacités des autorités de protection de la concurrence de la Partie requérante.

3) Les autorités de protection de la concurrence de la Partie sollicitée envisageront sérieusement la mise sur pied d'activités visant à remédier aux pratiques anticoncurrentielles identifiées dans la demande de l'autre Partie et examineront la possibilité d'étendre les activités d'application déjà mises en œuvre. Ces autorités devront notifier immédiatement leur décision à la Partie requérante. Dans le cas où les activités d'application auraient déjà été entreprises ou étendues, les autorités de protection de la concurrence de la Partie sollicitée devront communiquer leurs résultats à la Partie requérante et, dans la mesure du possible, leurs progrès partiels, s'ils sont significatifs.

4) En ce qui concerne les pratiques anticoncurrentielles identifiées dans la demande et sous réserve des lois relatives à la concurrence de la Partie sollicitée et aux politiques d'application y afférentes, aucune des dispositions de cet article ne limite le pouvoir discrétionnaire des autorités de protection de la concurrence de cette Partie, c'est-à-dire le pouvoir de décider de la conduite à adopter en matière d'activités d'application. Rien n'empêche non plus les autorités de la Partie requérante de mener des activités d'application destinées à répondre à ces pratiques anticoncurrentielles.

Article VI. Coordination en matière de domaines interdépendants

1) Lorsque les autorités de protection de la concurrence des deux Parties auront mené à bien des activités d'applications relatives à des domaines interdépendants, elles envisageront l'opportunité de coordonner ces activités.

2) Dans tout accord de coordination impliquant des domaines interdépendants, les autorités compétentes de chacune des parties tâchent de mener leurs activités d'application en tenant compte des objectifs des autorités de protection de la concurrence de l'autre Partie.

Article VII. Prévention des conflits ; Consultations

1) Chaque Partie doit accorder une attention particulière aux intérêts fondamentaux de l'autre Partie, et ce dans le respect de ses propres lois et dans la mesure où cela est compatible avec ses propres intérêts fondamentaux.

2) Toute Partie peut demander à l'autre la tenue d'une consultation au sujet de toute question découlant du présent Accord. Toute demande de consultation doit être motivée et préciser s'il existe un délai de procédure ou toute autre raison exigeant que les procédures de consultation soient accélérées. Chaque Partie doit s'occuper immédiatement des demandes de consultations, de manière à parvenir à des résultats répondant aux objectifs du présent Accord.

Article VIII. Activités de coopération technique

Les Parties conviennent qu'il est dans l'intérêt commun de leurs autorités de protection de la concurrence de travailler ensemble sur les activités de coopération technique relevant de l'application de leurs lois et politiques en matière de concurrence. Dans le cadre d'une utilisation raisonnable des ressources des organes de protection de la concurrence, ces activités comprennent : l'échange d'informations, l'échange de fonctionnaires des organes susmentionnés, la participation du personnel desdits organes, en tant que conférenciers et consultants, à des formations sur les lois et les politiques relatives à la concurrence – organisées ou parrainées par l'autorité à laquelle ils sont rattachés – et toute autre forme de coopération technique que les autorités de protection de la concurrence des Parties jugent appropriée pour atteindre les objectifs de cet accord.

Article IX. Rencontres entre les autorités de protection de la concurrence

Les fonctionnaires des autorités de protection de la concurrence des Parties doivent se réunir périodiquement afin d'échanger des informations concernant les efforts mis en œuvre et les priorités en matière d'application des lois relatives à la concurrence.

Article X. Confidentialité

1) Quelle que soit la situation, aucune des Parties n'est tenue de fournir des informations à l'autre Partie si la divulgation de telles informations est interdite par les lois de la Partie qui les détient ou si cela est incompatible avec ses intérêts fondamentaux.

2) Le degré de confidentialité des informations est déterminé par la Partie qui les détient et elle seule est habilitée à déterminer la possibilité et l'intérêt de fournir lesdites informations.

3) Les informations confidentielles qu'une des Parties divulgue à l'autre dans le contexte de la coopération et de la coordination des activités prévues par le présent Accord ne peuvent être utilisées que dans le cadre de l'application de la législation sur la protection de la concurrence, sauf autorisation de la Partie ayant fourni lesdites informations.

Article XI. Lois existantes

Aucune des dispositions du présent Accord ne contraint les Parties à agir de manière contraire à leur législation en vigueur – qu'il s'agisse de prendre des mesures ou de s'en abstenir – ou à modifier leurs lois ou celles des unités constituant l'État fédéral de chaque pays.

Article XII. Communications dérivées du présent Accord

1) Les notifications prévues à l'article II du présent Accord, ainsi que toutes les autres communications envoyées dans ce cadre, peuvent se faire par communication directe entre les autorités de protection de la concurrence des Parties. Cependant, les demandes de consultations prévues aux articles V.2 et VII.2 doivent être confirmées immédiatement par écrit et par la voie diplomatique habituelle, faire référence aux communications initiales entre les différentes autorités et répéter les informations déjà fournies dans la première communication.

2) Si une Partie enquête sur des pratiques anticoncurrentielles dans le cadre du présent Accord, elle peut informer la République orientale de l'Uruguay et la République du Paraguay des résultats et, dans la mesure du possible, des progrès partiels réalisés, s'ils sont significatifs.

Article XIII. Entrée en vigueur et dénonciation

1) Le présent Accord prend effet à la date de la dernière notification par laquelle l'une des Parties informe l'autre par la voie diplomatique de l'achèvement des formalités juridiques requises.

2) Le présent Accord peut être amendé avec le consentement des deux Parties. L'entrée en vigueur des amendements est soumise aux dispositions de l'alinéa 1 du présent article.

3) Le présent Accord a une durée de validité indéterminée, chacune des Parties pouvant le dénoncer à tout moment par notification écrite à l'autre Partie. En cas de dénonciation, le présent Accord reste en vigueur pendant soixante (60) à compter de la date de la réception de la notification par la Partie notifiée.

FAIT à Buenos Aires, le 16 octobre 2003 en deux exemplaires originaux, en langues espagnole et portugaise, les deux textes faisant également foi.

Pour la République argentine :

RAFAEL BIELSA

Ministre des Relations extérieures, du Commerce international et du Culte

ROBERTO LAVAGNA

Ministre des Affaires économiques et de la Production

Pour la République fédérative du Brésil :

ANTONIO PALOCCI FILHO

Ministre des Finances

MARCIO THOMAZ BASTOS

Ministre de la Justice